

Superávits orçamentários e a opção pelo arrocho das despesas com pessoal do governo de Santa Catarina



1. Introdução

A análise das contas públicas do estado de Santa Catarina nos últimos anos revela dois movimentos aparentemente contraditórios: por um lado, o arrocho salarial de servidores, justificado sob o argumento de problemas nas contas públicas; por outro, o acúmulo de superávits orçamentários robustos.

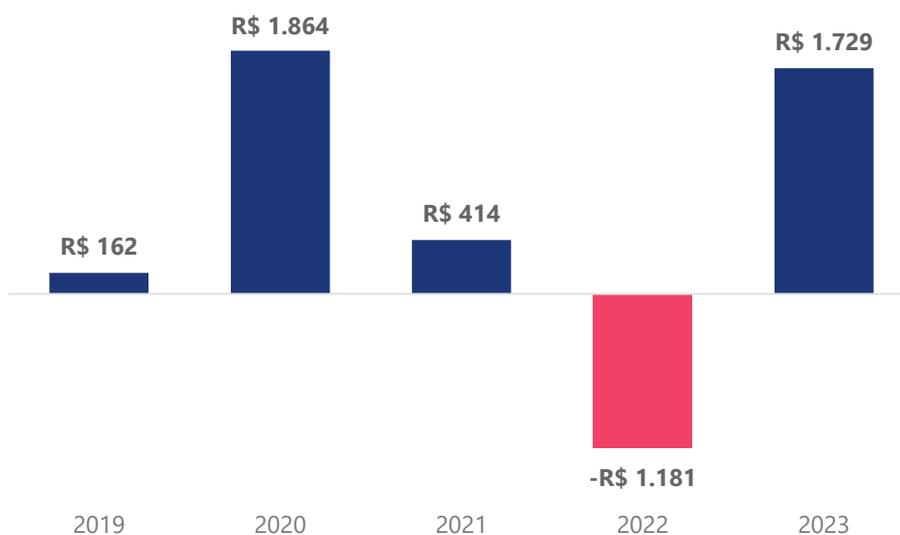
Neste texto, argumentamos que a contenção das despesas com pessoal e a retirada de recursos de serviços públicos essenciais à população não pode ser justificada por falta de recursos. A não-execução do orçamento é uma opção dos governos, em articulação com suas bases de apoio empresariais.

Para tanto, apresentaremos inicialmente os resultados orçamentários do governo catarinense nos últimos cinco anos, articulando-os com o movimento das despesas com pessoal. Em seguida, buscamos a “racionalidade” por trás desse processo, chamando a atenção para o aumento das transferências de recursos públicos ao setor privado.

2. Superávit orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e as despesas liquidadas pelo governo estadual, podendo incorrer em déficit (resultado negativo) ou superávit (positivo). De acordo com dados informados pelo governo ao Tesouro Nacional, houve superávit orçamentário em quatro dos últimos cinco anos.

Gráfico 1 – Resultado orçamentário, em R\$ milhões



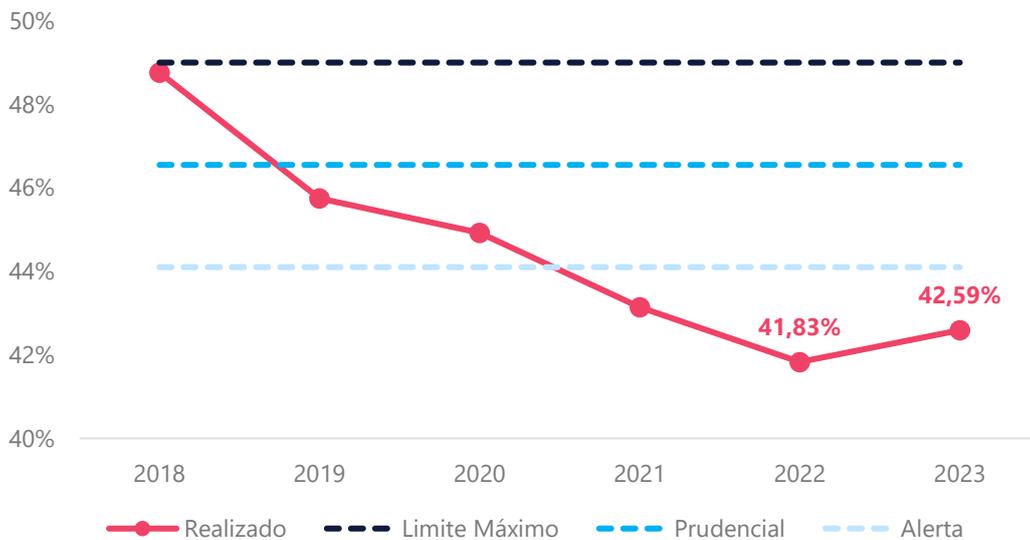
Fonte: SICONFI/ RREO (2024)

O maior superávit da série histórica ocorreu em 2020, devido à economia de despesas operacionais possibilitada pela paralisação de serviços públicos presenciais, bem como pelo congelamento dos salários de servidores estaduais imposto pelo governo Bolsonaro, no contexto do “socorro financeiro” aos estados durante a pandemia da Covid-19 e da promulgação da Lei Complementar 173. O bloqueio de reajustes ao funcionalismo vigorou até o final de 2021, resultando em forte recuo da participação das despesas com pessoal no orçamento estadual.

A única exceção aos superávits do período foi o exercício de 2022. Este foi um ano eleitoral, em que o governo Moisés ampliou enormemente as transferências aos municípios, por meio do Plano 1000 e do “Pix dos prefeitos”, além das verbas para obras rodoviárias. Ao mesmo tempo, a renúncia de ICMS de combustíveis estabelecida pelo governo Bolsonaro prejudicou uma das principais fontes de arrecadação do estado, contribuindo decisivamente para o déficit.

Vale observar, entretanto, que tampouco nesse caso a despesa com pessoal pode ser culpada pelo déficit. Conforme demonstra o Gráfico 2, o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas com pessoal atingiu seu piso histórico em 2022, em apenas 41,83%.

Gráfico 2 – Comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas com pessoal e limites da RLF



Fonte: GEINF/SEF-SC (2024)

Apesar disso, o déficit de 2022 foi utilizado como justificativa pelo governo Jorginho para impor o Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc), que previu uma série de medidas para aumentar a arrecadação e cortar gastos em seu primeiro ano de mandato. Supostamente, essas medidas seriam indispensáveis

para evitar que faltassem recursos para pagar salários de servidores públicos e demais despesas do governo¹.

Do lado das despesas, o ajuste proposto pelo Pafisc não significou mais do que normalizar os gastos pontuais feitos pelo governo Moisés. Na prática, a principal austeridade imposta pelo plano foi, novamente, sobre a folha do serviço público, mediante a suspensão de concursos públicos e nomeações, além da indisposição para negociar reajustes salariais em quaisquer categorias do funcionalismo estadual em 2023.

Essa postura do governo se refletiu na manutenção das despesas com pessoal em patamar historicamente baixo. O comprometimento da receita com despesa com pessoal ficou em 42,59% em 2023, bem abaixo do limite estabelecido pela Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 49%.

O prognóstico pessimista do governo sobre a arrecadação em 2023, contudo, passou longe de se realizar. Mesmo com os efeitos negativos da renúncia de ICMS de combustíveis nos primeiros meses do ano, a arrecadação seguiu ritmo robusto de crescimento, resultando em superávit orçamentário de R\$ 1,73 bilhão. Além disso, os resultados preliminares do 1º bimestre de 2024 apontam para um superávit de R\$ 2,29 bilhões, valor 32% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

O orçamento aprovado para 2024 também reforça que há recursos disponíveis para valorizar os servidores. De acordo com as projeções da LOA, as receitas do governo estadual devem crescer 7,3% em 2024. Em fala recente, o secretário da Fazenda, Cleverton Siewert, indicou que esse crescimento pode ser ainda maior, de até 10%².

Se aplicarmos esse percentual sobre a Receita Corrente Líquida registrada em 2023 (R\$ 41,2 bilhões), chegaríamos a um orçamento de R\$ 45,3 bilhões para 2024. Caso o governo aplicasse 49% desse montante (limite máximo da LRF) com folha de pagamento, essas despesas poderiam crescer em até R\$ 4,7 bilhões neste ano, representando uma variação de 26,6%. Considerando os limites prudencial (46,55%) e de alerta (44,1%) da LRF, a despesa com pessoal ainda poderia aumentar em R\$ 3,6 bilhões (+20,2%) ou R\$ 2,4 bilhões (+13,9%), respectivamente.

3. Transferências para o setor privado

Os dados apresentados até aqui revelam a verdadeira finalidade do ajuste fiscal do governo: poupar recursos, em geral com áreas de interesse social, para ampliar as transferências ao setor privado, a exemplo do que ocorre com os programas de renúncias fiscais e de perdão de dívidas empresariais.

Invés de revisar as renúncias fiscais, conforme prometido no Pafisc, o governo Jorginho “orçou” a renúncia de R\$ 21,8 bilhões para 2024, um aumento

¹ A apresentação oficial do PAFISC está disponível [neste link](#).

² Para mais, ver: [Governo de SC projeta alta da receita acima de 10% em 2024](#).

de R\$ 551 milhões em relação ao orçamento anterior³. Para se ter ideia da dimensão desse valor, basta observar que ele equivale a quase a metade de tudo o que o governo estima arrecadar em 2024.

Ao todo, são previstos R\$ 90 bilhões em renúncias nos quatro anos de mandato do governo Jorginho. Esse montante não está sendo destinado, como poderia se argumentar, para gerar mais empregos ou sustentar pequenos negócios. Do total renunciado, 41% destinam-se a empresas de importação e *trading companies*, em geral operadas por grandes conglomerados empresariais.

O programa "Recupera Mais", lançado em 2024, também opera no mesmo sentido. Conforme tem denunciado o Fórum catarinense em Defesa do Serviço Público, só no primeiro trimestre do ano esse programa já premiou empresas inscritas na dívida ativa do Estado com R\$ 3,8 bilhões em descontos pelo pagamento de juros e multas de impostos atrasados nos últimos 10 anos⁴.

Ao abrir mão desses recursos, o governo deteriora sua própria capacidade de arrecadação. A deterioração dos serviços públicos e das carreiras do funcionalismo não é, portanto, uma necessidade imposta pela conjuntura, mas uma opção política que deve ser combatida pelo movimento sindical.

Equipe Técnica



Mauricio Mulinari | *Economista e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Vicente Loeblein Heinen | *Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

³ Dados obtidos a partir das LDOs de 2023 (governo Moisés) e 2024 (governo Jorginho).

⁴ Para mais, ver: "Recupera Mais" de Jorginho Mello (PL) perdoa cerca de R\$ 4 bilhões em dívidas de impostos atrasados por empresários.